

O CONFLITO NORTE-SUL COMO PRODUTO DAS ASSIMETRIAS ENERGÉTICAS VERIFICADAS NAS SOCIEDADES DE MASSA

The North-South Conflict as Product from Energetic Asymmetri Verifield in the Mass Society

Jose Alexandre Altahyde Hage¹

Sophia Carla S. Navarro²

Resumo: o objetivo desta pesquisa é analisar a influência do acesso e consumo de insumos energéticos, sobretudo petróleo, na fomentação do conflito Norte-Sul e nas modernas sociedades de massa. Assim, o que se deseja saber é como determinados países obtiveram condições na apropriação e uso de energia e como essa questão afetou a forma como se comporta o Sistema Internacional. São duas as hipóteses deste trabalho: a primeira propõe que o acesso facilitado aos recursos energéticos e sua articulação política permitiram que determinados países alcançassem e mantivessem a categoria de grandes potências. A segunda hipótese aponta para o aprofundamento da clivagem Norte-Sul em decorrência das vantagens logísticas e técnicas dos países industrializados em termos de poder, ditando diferentes ritmos de desenvolvimento socioeconômico em cada cenário. A metodologia adotada neste trabalho histórico-monográfico emprega fontes qualitativas, secundárias, aplicando o método hipotético dedutivo.

Palavras-Chave: Energia. Conflito Norte-Sul. Petróleo. Consumo. Sociedades de massa.

Abstract: The main objective of this research is to analyze the influence of access and consumption of energy sources in the construction of the North-South Problem, especially oil, in mass societies. Therefore, the concern is how certain countries obtained facilities in the appropriation and use of energy and how it affected the way they placed themselves in the International System. There are two hypotheses in this work, the first proposes that facilitated access to energy resources and their political articulation allowed certain countries to reach and maintain the category of great powers in the International System. The second hypothesis points to the deepening

¹ Professor do Depto. de Relações Internacionais da Unifesp.

² Mestranda em Políticas Públicas pela USP.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

of the North-South divide due to the logistical and technical advantages of the industrialized countries in terms of energy, dictating the different rates of socioeconomic development in each scenario. The scientific methodology of this historical-monographic work uses qualitative, secondary sources, applying the hypothetical deductive method.

Keywords: Energy. North-South Problem. Oil. Consumption. Mass societies.

Introdução

É conhecida nos núcleos de estudos sobre economia e geopolítica da energia a máxima, apresentada por Daniel Yergin, de que em energia 90% dos assuntos que a envolve tem a ver com política e somente 10% se referem à economia propriamente dita (YERGIN, 1994). Na linha de pesquisa sobre a qual se ampara este texto leva-se em consideração, sem incorrer em determinismos gerais, que o desenvolvimento dos modernos Estados territoriais (como prefere a geopolítica) tem relação com o *quantum* de energia disponível para fazer desse Estado potência viável, que consiga sobressair em meio a disputas por variados recursos econômicas.

O desenvolvimento ou progresso material das potências, dos Estados territoriais, a partir da segunda metade do século XIX, não pode ser separado da qualidade e da quantidade de insumos energéticos disponíveis (COSTA, 2001). Neste ponto, vem à mente a condição da Grã-Bretanha que havia amparado sua industrialização sobre o carvão mineral e, por conseguinte, moldou o sistema internacional daquele período, fomentando a *pax britannica* que teve o caso com a ascensão dos Estados Unidos a partir dos anos 1920 e seu sistemático uso de hidrocarbonetos.

A disponibilidade de energia na economia internacional, especificamente o petróleo, contribuiu para moldar as atuais grandes potências, Estados Unidos, Europa Ocidental e, a passos largos, a China para o século XXI. Por outro lado, essa mesma disponibilidade de energia, quando mal distribuída, também colabora para o fomento de conflitos no sistema internacional (COSTA, 1982). Em parte, o conflito mais conhecido é aquele que perpassa todo o século XX, com amadurecimento nos anos 1960 e 1970, o Norte-Sul que, ao depender da análise, perdura até a atualidade.

O apego aos temas de energia, petróleo, gás natural, carvão mineral, nucleoeletricidade, biomassa, na economia e política internacionais, ocorre em virtude de algo incontornável: o desenvolvimento da moderna sociedade de massa no capitalismo, de barateamento de produtos manufaturados e, em outra instância, do pleno emprego, é algo que se integra aos insumos energéticos existentes e consumidos, em grande parte, pelos Estados que mais conformam o estilo de vida do capitalismo industrial ou pós-industrial: os membros do Hemisfério Norte.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Neste raciocínio, as disputas internacionais por recursos naturais, energéticos, tendem a ser vantajosas para as grandes potências que podem projetar poder sobre áreas de interesse geopolítico, sendo o mais conhecido o Oriente Médio e áreas adjacentes. Essa situação, que começa logo após a Primeira Guerra Mundial, não dá sinais de esgotamento em virtude de progresso tecnológico. Há como compreender que sua dimensão ainda pode se estender no decorrer do século.

Desta forma, não seria ilícito advogar a ideia na qual o conflito Norte-Sul, ou sua nova conformação, perdura, pois também perdura aquilo que tem sido mais característico na geopolítica da energia, mormente petróleo: sua concentração geográfica e sua finitude para acumulação de capital.

É por isso que neste ensaio serão observados determinados momentos históricos, nomeadamente o século XX, nos quais o emprego da energia no desenvolvimento socioeconômico de modernos Estados territoriais possibilitou a transformação e subsequente manutenção do *status quo* do sistema internacional. Vale dizer, sistema, cuja característica básica é manter a divisão e disputa entre as potências, de modo oligárquico, como pensa Raymond Aron (ARON, 1986).

Além disso, será analisada a lógica penúria-abundância no acesso e consumo energético concernente às diferentes realidades globais e presente durante todo o processo de conformação do conflito Norte-Sul com enfoque nas sociedades de massa e os instrumentos utilizados para a disseminação e seus valores. Lançando mão de contribuições teóricas das Relações Internacionais, o presente trabalho discorrerá sobre o papel dos recursos energéticos tanto como instrumentos de projeção política dos Estados territoriais quanto de objeto de disputas.

O foco neste tema repousa na justificativa de sua relevância política no que diz respeito à utilização de certos insumos energéticos, em nível mundial, como alicerces da vida moderna tal como conhecemos - gerando contribuições também no aspecto social, ao buscar entender as motivações por trás de escolhas políticas e suas consequências para o desenvolvimento dos Estados. Por isso, trata-se ainda de um assunto pertinente ao debate acadêmico das relações internacionais, ao equiparar energia à potência no sistema internacional.

A metodologia de pesquisa utilizada neste texto é de revisão bibliográfica dos temas de economia da energia e relações internacionais. Serão utilizados livros e artigos clássicos e

contemporâneos sobre o emprego da energia na conformação do sistema internacional e na clivagem Norte-Sul. Algumas obras serão contempladas, para efeito de ilustração, Robert Gilpin, Hans Morgenthau, Immanuel Wallerstein e demais autores relevantes para o estudo de energia no âmbito da economia e relações internacionais, como Daniel Yergin, Daniel Hemery, Debeir e Deleage, autores que são praticamente leitura obrigatória para se compreender o tema que este ensaio procura versar.

O Uso Político da Energia ao Longo da História

De acordo com Hémerly, Debeir e Deléage, no livro *Uma História da Energia*, a energia vem sendo transformada pelo homem ao longo da história, por meio do remanejamento do meio ambiente em benefício próprio, o que permite avanços qualitativos e quantitativos no cotidiano, servindo como instrumento para a garantia de bem estar social e como elemento distintivo entre as sociedades desenvolvidas e as subdesenvolvidas, como passou a se perceber, sobretudo na segunda metade do século XX (HÉMERY, DEBEIR e DELÉAGE, 1993).

É também por meio da energia disponível que as civilizações progredem materialmente ao adquirir conhecimento técnico sobre meios que contribuem para o suprimento de alimentação (energia por excelência na agricultura e pecuária), aquecimento e melhoramento do trabalho por meio de instrumentos específicos, por exemplo, a recursos hídricos ou a animais direcionados a transporte, caso do boi, cavalo e camelo. De modo geral, como preferem os autores mencionados acima, não houve civilização que não tivesse tirado partido da quantidade e qualidade de energia disponível. Por outro lado, também pode ser atribuída à carência energética a decadência de determinadas civilizações do período da antiguidade (RIFKIN, 2003).

O progresso associado ao controle da energia pôde ser verificado em exemplos como os antigos Egito, Grécia, Roma e China. Nesses casos, como a energia foi majoritariamente utilizada para alimentar a economia e impulsionar o comércio, acabou por influenciar na forma pela qual se constituíram as relações sociais e políticas locais. Assim, o uso de recursos naturais e o desenvolvimento de formas de energia transformadas por conversores humanos, animais e maquinários rudimentares, possibilitou a expansão das sociedades da mesma forma

como permitiu sua projeção regional que, posteriormente, condicionou a existência dos modernos Estados territoriais.

Os citados autores também demonstram como Grã Bretanha, França e Estados Unidos lançaram mão de recursos energéticos para melhorias em suas formas de produção. Tal feito propiciou maiores margens de lucro, que foram destinadas ao desenvolvimento de novas técnicas de aprimoramento em toda a cadeia de abastecimento energético. Não sendo mero acaso, portanto, o fato de a Grã Bretanha, detentora de carvão mineral localizado em seu próprio território, ter sido palco da Revolução Industrial no século XVIII, base sobre a qual Londres conseguiu projetar poder político e econômico (HÉMERY, DEBEIR e DELÉAGE, 1993).

A explicação do crescimento industrial no século XIX, fase de expansão do capitalismo, repousou na ausência de restrição energética durante aquele período. A partir de inovações como máquina a vapor, gás de iluminação e motor elétrico, o rendimento dos conversores mecânicos aumentou de forma considerável, tanto quanto o controle dessas sociedades proeminentes sobre as movimentações financeiras e políticas. Desta forma, as melhorias nas linhas energéticas representaram novas formas de exploração e progresso econômico que, em outra instância, contribuiu para a ascensão de determinados Estados ao nível de grandes potências.

Grandes potências que, atuando unitariamente ou em grupo em certos aspectos, denotam possuir políticas específicas para lidar com energia, com segurança energética cujo papel principal é manter a estabilidade do Estado, de sua política para fins de consecução de poder e conseguir manter o status quo do sistema internacional na medida do possível. Tais atuações podem ser lidas por assim: “Não admira que por mais de um século a principal preocupação da indústria e dos governos tenha sido o controle das reservas de energia fóssil. Por cinco gerações, geopolítica foi sinônimo de política do petróleo. Os países, as empresas e os indivíduos que conseguiram controlar o fluxo do petróleo gozaram de uma riqueza sem paralelos (...)”. (RIFKIN, 2003: 8).

Assim como o uso da energia em favor das aspirações estatais, a preocupação com a necessidade de garantir seu acesso, tendo em vista a possibilidade de conflitos, também já foi apontada há tempos por pensadores da geopolítica como Harold Mackinder e, posteriormente, Brzezinski sobre a necessidade de se ocupar a Ásia Central no tempo da Guerra Fria para desgastar a antiga União Soviética (BRZEZINSKI, 2003). O chamado *heartland*

mackinderiano, se referia a uma área de manobra compreendida no espaço da Eurásia, dotada de recursos minerais e agrícolas, que serviria aos interesses de exploração e de projeção de poder de uma grande potência (MACKINDER, 2011). Ao obedecer esta lógica, quem detivesse o controle sobre o acesso de tal região, encontrar-se-ia provido de grande poder internacional. No entender de Philippe Sébille-Lopez: “(...) voltamos a encontrar Zbigniew Brzezinski, o antigo conselheiro da segurança do Presidente Carter, que tinha definido o espaço euroasiático como a aposta estratégica do terceiro milênio” (SÉBILLE-LOPEZ, 2005: 195).

Por conseguinte, a América do Sul também poderia se configurar como o *heartland* a serviço dos Estados Unidos ao fornecer os recursos energéticos que poderiam ser explorados em consonância com a disponibilidade de meios financeiros e tecnológicos estadunidenses, leia-se, de *Wall Street*. Ao seguir este mesmo pensamento, Brzezinski legitimou a ideia de Mackinder e ao considerar que recursos naturais corresponderiam a ferramentas de poder, afirmou que quem dominasse a Eurásia, dominaria o mundo. Já Golbery do Couto e Silva, defendeu a necessidade do planejamento governamental para que um Estado se tornasse uma grande potência, superando gargalos e eliminando vulnerabilidades frente a acontecimentos (FREITAS, 2010). No caso de Golbery não havia dúvida de que pendência em energia, em petróleo, seria um contratempo para o Brasil que buscava ser potência regional no âmbito da América do Sul.

Assim, um planejamento governamental adequado incluiria termos de segurança energética, na visão de Yergin, a fim de que o Estado não estivesse sujeito a oscilações em sua disposição de recursos energéticos (YERGIN, 1994). Sobre esse quesito, Michael Klare do *Five College Program in Peace and World Security*, defendeu a ideia de que matérias primas, sobretudo o petróleo, deveriam ser considerados bens de interesse vital, cujo risco de suprimento configuraria uma ameaça à segurança nacional, especialmente para grandes potências; o que passou a servir de justificativa para intervenções militares (KLARE, 2000). Somado a isso, para alcançar coesão social e preservar o patrimônio cultural, devia-se partir de um nível de autossuficiência econômica. Tal necessidade será ilustrada nos acontecimentos dos tópicos seguintes.

O Petróleo e o *American Way of Life*

A partir do surgimento da economia baseada no carvão, iniciada pela Grã Bretanha, ação humana conheceu novo ritmo, acelerado e relativamente autônomo diminuído o grau de dependência ao ritmo agrário sazonal. O sistema energético foi responsável pela projeção das economias europeias para o modelo de produção em massa. Junto a isso, o uso do petróleo proporcionou avanços nos objetivos capitalistas de redução do custo e tempo de produção, desembocando no aumento do rendimento do trabalho e dos excedentes econômicos (COSTA, 2012). Sob a influência do capitalismo ampliado no século XX, o que se entendia pelo conceito de “segurança” estava consubstanciado nos conceitos de mobilidade e autonomia. Desse modo, não foi surpresa a afeição e a capacidade de absorção pelo mercado demonstradas pela invenção do automóvel, símbolo da liberdade individual e um dos vetores da indústria petrolífera.

Sobre o mesmo tema, Jean-Marie Martin apontou para o domínio praticamente absoluto dos produtos derivados de petróleo sobre grande parte dos transportes mundiais, ao menos nos Estados industrializados do Hemisfério Norte (MARTIN, 1992). Por esse motivo, no mesmo período, o mercado do petróleo foi transformado com a expansão automobilística ocorrida no período entre guerras, com o aumento do preço da gasolina, enorme demanda motivada pelo medo de desabastecimento e concorrência por novas reservas de petróleo dado o *status* estratégico do recurso. Ademais, a importância do petróleo se manifestou pelo seu uso associado a fins militares, influenciando de forma direta a elaboração de estratégias nacionais.

A primeira metade do século XX assistiu também à eletrificação da vida cotidiana, como mais um aspecto da transformação do modo de acumulação capitalista. Com o advento do gás de iluminação, o trabalhador passou a dedicar mais tempo à fábrica, fato ilustrado em *Uma História da Energia* sobre o avanço da linha energética e sua influência sobre o modo de exploração, contribuindo para a maximização do uso do capital produtivo por meio das economias de escala para o barateamento dos produtos industrializados (HÉMERY, DEBEIR e DELÉAGE, 1993).

Nos Estados Unidos, os grandes sistemas elétricos passaram a exercer controle financeiro sobre os microssistemas locais e as companhias energéticas passaram a ocupar posições de grande importância global, fornecendo energia para as demais atividades econômicas. Apenas como ilustração é lícito apontar que Lenin já percebia tais firmas como

promotoras do imperialismo, uma vez que elas também se associavam ao capital financeiro, como a Siemens e General Eletric (LENIN, 1982).

Assim, a eletricidade pôde ser destacada como um dos mais importantes eixos do Fordismo³, que em conjunção com o motor elétrico, criou as bases para uma nova linha tecnológica na qual ajudou a se alicerçou o chamado *American Way of Life*. A partir de então, a sociedade estadunidense se constituiu em torno do petróleo e da eletricidade e a rede urbana foi desenhada para atender a aplicação em massa de automóveis, usados para facilitar o transporte entre os subúrbios e os locais de trabalho. Sobre isso, Yergin acrescenta: quer se trate de carburantes, plásticos ou materiais sintéticos. Com a democratização do automóvel, a partir dos anos 1950, o consumo petrolífero quadruplicou em vinte anos e o controle deste recurso planetário tornou-se colateralmente uma questão eminentemente geopolítica (YERGIN, 1994).

Os avanços no campo dos transportes atrelados ao uso dos combustíveis fósseis estabeleceram o compasso característico do sistema energético capitalista: a oferta precedendo a demanda. Além disso, segundo Fernando Pimentel, em *O Fim da Era do Petróleo e a Mudança do Paradigma Energético*, o modo de produção capitalista estendeu o controle político-social sobre os fluxos materiais e de energia, traçando uma realidade na qual os ciclos naturais são controlados pelos político-econômicos (PIMENTEL, 2011). A sociedade do hidrocarboneto do pós Segunda Guerra Mundial se fundamentou na necessidade de levar adiante projetos de industrialização e urbanização a partir da generalização da adoção de motores movidos a combustíveis fósseis, se tornando peça-chave da acumulação capitalista do século XX.

Neste modo, para alcançar o objetivo principal, de expandir os lucros das economias europeias e norte americana, deveria haver um grande mercado disposto a absorver novos produtos e serviços dia a dia. Para isso, a disseminação do *American Way of Life*, referente à produção e ao consumo, funcionou como ferramenta do projeto capitalista num mundo cada vez mais interligado.

No caso do Brasil a difusão de valores pelos quais o bem-estar se atrelava à posse de bens materiais estimulou a importação de produtos duráveis, além da importação do próprio sistema de transportes de baixa eficiência e muito poluente pautado nas rodovias. De acordo

³ Modo de produção em massa fundamentado na linha de produção, instituído em 1914 e que perdurou até os anos 80, garantindo prosperidade aos países centrais.

com Martin, a reprodução em outras regiões do mundo da estrutura dos transportes que a indústria automobilística e a petrolífera construíram nos países industrializados, figuraria como uma importante questão a ser levada em conta em qualquer prospectiva mundial (MARTIN, 1992). Tais valores compunham o projeto de liderança estadunidense, buscando legitimar a exploração sobre os países periféricos para alcançar posição hegemônica, com capacidade de definir regras no sistema internacional favoráveis à acumulação de capital nos Estados envolvidos.

Como instrumento para a maximização do capital pretendida pelo sistema capitalista vigente, sob liderança de Nova York, a globalização da cadeia produtiva que só foi possível pelo uso dos derivados de petróleo se mostrou como uma alternativa para a redução dos custos implicados no processo de produção de bens voltados para o mercado mundial, como apresentado por Robert Gilpin em *Economia Política das Relações Internacionais*. Por meio desse processo há uma internacionalização das etapas de produção, com multinacionais passando unidades para outros Estados que apresentem condições melhores (majoritariamente, Terceiro Mundo, com oferta de recursos, incentivos fiscais, entre outras facilidades), e estendendo seu controle administrativo por meio de investimentos externos diretos (GILPIN, 2002).

A Divisão Internacional de Trabalho apareceu também no pensamento de Immanuel Wallerstein, De acordo com a Teoria-Mundo desse autor o uso da energia como instrumento político permitiria que Estados industrializados ocupassem posições privilegiadas no sistema internacional, uma vez possuindo recursos necessários para explorar a natureza e associando-os ao avanço tecnológico e na área de comunicações proporcionado pelo processo de globalização (WALLERSTEIN, 1990). Assim, tarefas que demandassem maior qualificação e resultassem na maior acumulação de capital, seriam encontradas nos potências centrais que remetesse a situações de exploração nos jovens Estados independentes da América Latina, África e Ásia.

Tratar-se-ia de um processo retroalimentativo do desenvolvimento no Hemisfério Norte pelo qual os excedentes econômicos poderiam ser investidos para a melhora de técnicas de exploração que, por vez, aumentariam o rendimento, as assimetrias no sistema se a aprofundariam. Escreve Wallerstein:

“Portanto, o processo de expansão duma economia-mundo tende a aumentar as distâncias econômicas e sociais entre suas diferentes áreas no próprio processo do seu desenvolvimento. Um factor que tende a mascarar este facto

é que o processo de desenvolvimento numa economia-mundo traz consigo avanços tecnológicos que tornam possível a expansão dos seus limites” (WALLERSTEIN, 1990: 340).

O caráter polarizador intrínseco ao desenvolvimento capitalista afeta a conformação das estruturas institucionais, notadamente mais fracas na periferia e mais fortes no centro. Esse padrão auxiliou na criação da fórmula expressa por Wallerstein a homogeneidade internacional no interior de uma heterogeneidade internacional. Assim se explica a construção e disseminação do *American Way of Life*, uma homogeneização cultural traduzida pela busca da conformação do sentimento nacional como instrumento dos grupos dominantes para evitar o processo de tomada de consciência da classe trabalhadora com o avanço da globalização. No Hemisfério Sul, por sua vez, o nacionalismo em volta do petróleo funcionou como elemento aglutinador para fazer frente às investidas externas. Tal posição pode ser notada na campanha brasileira *O Petróleo é Nosso* nos anos 1940 e na nacionalização do setor petrolífero no Irã em 1952.

Os Choques do Petróleo e a Teoria do *Peak Oil*

A vigência do sistema capitalista impôs a necessidade de consumo de recursos naturais não renováveis a baixos preços para sua expansão e lucros no curto prazo. O modelo norte-americano de consumo foi construído a partir da crença de que combustíveis fósseis seriam sempre baratos e abundantes. Tratando-se de sistema constituído por fases cíclicas econômicas nas quais as crises se mostram parte integrante de seu funcionamento. A ocorrência destes pontos baixos na economia se justifica pelo fato de que a maximização de lucros pregada pelo mercado liberal esbarra nos limites postos pelo esgotamento de recursos e das estruturas econômicas em questão.

Nas décadas de 1970 e a de 1980 foram marcadas pelas tensões motivadas pela apropriação da renda proveniente do petróleo e eventos como a Guerra do Yom Kippur, de 1973, e a Revolução Iraniana, de 1979, traduziram-se no aumento dos preços. A estabilidade do mercado global do petróleo seria capaz de garantir segurança nacional e, por isso, Estados com pretensões de grande poder não poderiam se ausentar daquela cena. Apresenta-se aqui a geopolítica do petróleo tal como foi apresentada por Eduardo Pinto. A Petrobras, se do lado dos importadores desejava-se segurança na oferta para suprimento de suas necessidades, do lado

dos produtores buscava-se segurança na demanda e controle autônomo sobre suas reservas. Isso porque, o controle sobre sua própria produção petrolífera, funcionaria como um elemento da conquista de soberania nacional completa, afrouxando amarras da dependência externa (PINTO, 2020).

O crescimento econômico atrelado ao *boom* do petróleo, visando a substituição do carvão verificado nos países industrializados durante as décadas de 1950 e 1960, foi consequência da oferta farta do recurso e seus preços baixos atrativos garantidos pela atuação do cartel petrolífero das chamadas *Sete Irmãs*: Exxon, Texaco, Móbil, Oil Corporation, Gulf Oil Company e Start of California (EUA), British Petroleum (Reino Unido) e Shell (anglo-holandesa); um oligopólio que se utilizava da estratégia de preços *stop and go* para promover crescimento econômico.

Pode se destacar também a competição entre as *International Oil Companies* (privadas) e as *National Oil Companies* (estatais e onde se localizam as reservas) pelo controle das reservas e da produção do petróleo; visto que o arranjo institucional entre os conglomerados empresariais e os Estados territoriais que vigorou até a segunda metade dos anos 1950 beneficiou apenas os consumidores do petróleo, especialmente nos países desenvolvidos.

A história do petróleo é a trajetória da formação dos grandes conglomerados empresariais dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Tratou-se do embate entre interesses dos Estados de origem das grandes empresas petrolíferas (Norte) e dos interesses nacionais dos homônimos que albergam as reservas energéticas (Sul) (YERGIN, 1994). Neste contexto, a atuação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), fundada em 1960, inicialmente por Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela, com o objetivo de influenciar na oferta e nos preços no mercado internacional, encontrava-se ofuscada pelo cartel das empresas petrolíferas privadas, as também chamadas *Big Oil*. A inversão da situação se deu no ano de 1973, marcado pelo fim da fase de expansão econômica em virtude do primeiro choque do petróleo, justificando a afirmação de que a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise (HOBSBAWN, 1995).

O primeiro choque do petróleo se deu a partir da decisão da OPEP na posição de agrupamento dos principais fornecedores de petróleo para o mundo e de aumentar expressivamente os preços dos barris, além de diminuir a produção do combustível. A

manobra não era somente econômica, mas também política, e em meio a motivos como retorno lucrativo baixo aos produtores e grande demanda internacional, estava também a articulação de uma resposta ao rearmamento de Israel, apoiado pelos Estados Unidos na Guerra do Yom Kippur, e a motivação religiosa de redefinição da imagem do Islã. O episódio ilustrou o uso do petróleo como instrumento de pressão política sobre as grandes potências industrializadas em busca de maior equilíbrio nas relações comerciais e políticas com os países da OPEP.

Nesse contexto, contradições sociais preexistentes foram reforçadas. Com a financeirização da economia e a expansão das instituições hegemônicas, gerando capital transnacional o padrão de acumulação capitalista foi intensificado como resposta à crise. Como objetivo estava a criação de novas formas de exploração, além da diversificação do consumo. Sobre o tema, Rosa Luxemburgo (1988) em, apontou tal expansão econômica rumo à áreas não necessariamente dinâmicas, como uma maneira de trazer novo vigor à acumulação em níveis cada vez mais desiguais. Neste princípio, David Harvey afirmou que as crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica pelas quais haveria o recurso constante ao ajuste espacial (HARVEY, 2005).

A financeirização liderada pelos Estados Unidos teria surgido para resolver o problema crônico da “sobreacumulação”. O sistema financeiro criado no âmbito internacional foi, na visão de Harvey, capaz de desencadear surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação, desestruturando cadeias produtivas e territórios inteiros. (HARVEY, 2004).

Com efeito, pode-se destacar o ritmo incessante da busca do capital por maiores lucros possibilitados pela criação de paisagens geográficas que favoreçam suas atividades comerciais até que seja necessário destruí-las e construir novas. Trata-se, portanto, da lógica da *destruição criativa* dos recursos a serviço da acumulação de capital e da complementariedade entre o setor energético (no tema que interessa a este ensaio) e as sedes de poder das grandes potências. De fato, sinergia bem compreendida por Yves Lacoste sobre a complementariedade entre economia e poder na França, entre as grandes firmas com o poder político (LACOSTE, 1990).

Alguns anos mais tarde, em 1979, a Revolução Iraniana e a ascensão ao poder do aiatolá Khomeini marcaram novo período de restrições aos Estados importadores de petróleo. Nesse tema, Gilpin defendeu a predominância de um padrão histórico referente à expansão do

controle territorial, político ou econômico, repousado no uso da força para a aprisionamento de recursos escassos e cada vez mais dispendiosos, fossem esse trabalho escravo, terra fértil ou petróleo (GILPIN, 2004). O segundo choque de abastecimento consistiu no aumento e controle do preço dos barris novamente, consequências do corte na produção e distribuição por parte do Irã, produtor que figurava como importante produtor mundial. Na continuidade do choque, o governo fundamentalista de Khomeini apresentou oposição ao anteriormente aliado, Estados Unidos, especialmente após a crise dos reféns na Embaixada Americana em Teerã.

Tem-se, portanto, que a sucessão destes episódios atingiu a economia global que, em decorrência da internacionalização do abastecimento energético, mostrou-se dependente do petróleo. Estados que até o momento eram tidos como meros fornecedores de *commodities* se mostraram capazes de por o sistema vigente em xeque, em razão da dependência das economias industrializadas em relação às matérias primas do Terceiro Mundo. Sobre isso, Hans Morgenthau declarou que países destituídos de todos os demais elementos tradicionalmente associados ao poder nacional, só por cortesia semântica podem ser chamados de Estados, emergiram da noite para o dia como um fator poderoso na política mundial (MORGENTHAU, 1993).

Os resultados foram sentidos por todas as partes, embora de forma desigual. Enquanto os Estados industrializados enfrentaram períodos de estagflação, o Terceiro Mundo entrou na espiral econômica decadente, pela qual todos os recursos acumulados eram destinados ao pagamento de dívidas externas, abaladas pela política da taxa de juros altos empreendida pela Reserva Federal dos Estados Unidos. e compra de petróleo. Para Rifkin, tratava-se de um irreversível círculo decadente de pobreza e desespero, cada vez mais acentuado. Neste cenário, a exceção no Terceiro Mundo foi a porção de países correspondentes aos exportadores que, após o primeiro choque, viram-se beneficiados pela alta do preço dos barris e a subsequente abundância de petrodólares, conforme exposto por Barbisan e Juliani (BARBIAN e JULIANI, 2014).

Também durante a década de 1970 mais um fator exerceu influência sobre a geopolítica do petróleo: a previsão de que os Estados Unidos estariam entrando no declínio contínuo de sua produção. A situação ilustrou o pensamento de Michael Klare sobre a tendência de disputas por recursos naturais que seriam cada vez mais escassos, ocasionando

guerras que colocariam em risco a segurança global. Seriam as guerras por petróleo, como as do Oriente Médio (KLARE, 2001).

Nota-se que tratava-se de uma tendência antiga na história, exemplificada pela busca de recursos nas Américas, Ásia e África, com a subsequente ato de coloração colonial como forma de exercício do controle feito pelas grandes potências. Assim, por meio da *Teoria do Peak Oil*, o geólogo Marion Hubbert previu no ano de 1956 que a produção de petróleo norte-americana atingiria seu ápice, denominado *Pico de Hubbert* dos anos 1970 e a partir daí, iniciaria um período de declínio; indo de encontro à crença na qual se baseou a economia americana de que combustíveis fósseis seriam sempre superabundantes, para não dizer infinitos.

Nesse aspecto é ilusório sugerir que as populações crescentes dos Estados em desenvolvimento poderão um dia ter acesso à quantidade de petróleo *per capita* de que tiveram os Estados Unidos em sua idade de ouro (RIKFIN, 2003). A tendência exposta é a de que seria necessário cada vez mais energia primária para se obter cada vez menos energia final. Ao seguindo a lógica, os Estados Unidos não seriam mais os maiores produtores globais, alterando a organização do sistema internacional com a redução drástica da margem de segurança na produção e a subsequente maior dependência dos exportadores do Oriente Médio e África Ocidental, Nigéria, regiões de grande instabilidade política. Em conjunto com os choques do petróleo, seguiu-se a desestabilização e contração do mercado, associadas ao término do período de primazia da política do cartel. A fase posterior foi caracterizada pelo maior espaço para novos atores, crises no Terceiro Mundo e buscas por novas alternativas energéticas.

Clivagem Norte-Sul e a Penúria no Terceiro Mundo

O petróleo, fundamental para o bom funcionamento da economia global, é distribuído de forma irregular. Cabe ressaltar que a existência de reservas de petróleo num país não o transforma de maneira automática em um país rico, já que para o desenvolvimento das atividades pertencentes à cadeia de distribuição do petróleo, desde as pesquisas para

rastreamento até seu transporte por oleodutos, demanda-se aplicação de tecnologias, *expertise* e grandes recursos financeiros.

Além do mais, a ausência de legislação sobre mineração na maioria dos Estados em desenvolvimento impulsionou a implantação de companhias petrolíferas estrangeiras. A atração de capital internacional por meio desse setor foi buscada inclusive, por Estados de nacionalismo petrolífero, como alternativa para o desenvolvimento. Também por esse ângulo, retrocedendo na história, é possível analisar a apropriação de terras comunais pelas empresas com o objetivo de sustentar a expansão industrial na qual se fundamentou parte do imperialismo do século XX.

A partir desse ponto pode-se inferir que os Estados que preenchem os requisitos para a exploração dos combustíveis fósseis são, notadamente, os industrializados importadores. A lógica penúria-abundância verificada entre centro e periferia, no concernente aos recursos energéticos se daria por meio da acumulação por espoliação, privando por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos, resultando na centralização da abastança e no aumento da desigualdade (HARVEY, 2004).

Ao seguir essa lógica, tem-se que a ascensão dos Estados Unidos à posição de grande potência no século XX se deu à associação de jazidas de petróleo pertencentes ao território nacional e posse de recursos para explorar não somente aquelas, assim como as de outros Estados produtores, em desenvolvimento. Tal situação pôde ser apontada já nos anos 1890, quando a *Standard Oil*, de John D. Rockefeller detinha o controle sobre os oleodutos e na logística geral.

Aqueles que controlavam o transporte e o refino do petróleo detinham poder para impor a divisão da renda. Enquanto Europa e América do Norte sentiam-se pressionadas a desenvolver novas tecnologias para sanar suas necessidades energéticas, as demais sociedades ocupadas pelo imperialismo viam-se limitadas às energias biológicas e praticamente impossibilitadas de chegar a sistemas energéticos industriais em decorrência da defasagem e desigualdade no consumo de petróleo.

A definição de *sistema energético* concerne às relações estabelecidas entre conversores, no caso da política internacional, representados pelos Estados em seu trabalho conjunto. A existência destes sistemas implicaria na organização de estruturas de poder (HÉMERY, DELEAGE e DEBEIR, 1993). Por esse motivo, a criação do Estado territorial, durante a “era dos hidrocarbonetos”, surgiu como política de escala em consonância com a

modalidade econômica vigente, cujos objetivos se exprimiam na expansão comercial, consecução de recursos expressivos e coordenação dos mercados de consumo de massa. Em face da grande demanda energética por parte das sociedades de massa fazia-se mister maior poder societário para garantir o processo de exploração da energia onde ela pudesse ser encontrada.

Como pontuado por Max Weber, mecanismos institucionais de administração foram desenvolvidos para constituir uma sociedade hierarquizada, de controle e padronização das atividades de cunho econômico (THIRY-CHERQUES, 2009). Tendo como ponto de partida essa forma de organização, na qual as grandes corporações muitas vezes conflitam com os governos nacionais, é possível chegar à conversão do Estado em uma grande maquinaria produtiva, o que pode ser elucidado pelo *taylorismo*⁴. Economias de escala, características da era do petróleo, sustentaram sociedades numerosas que demandaram formas de organização social cada vez mais complexas. Visando o funcionamento do modelo de economia, que prega mais liberdade, foi necessário fabricar o homem eficaz, útil e dócil ao trabalho, além de disposto ao consumo (LAVAL, e DARDOT, 2016).

Sobre o processo de massificação, presente nas economias de escala, Sigmund Freud analisou aqueles que podem ser descritos como os imperativos das sociedades de massa, focadas em explorar ao máximo para obter o máximo: “Mas a massa mostra algo mais se a considerarmos como um todo; os traços de debilitamento da capacidade intelectual, de afetividade desenfreada, a incapacidade de moderação e de adiamento, a tendência a ultrapassar todos os limites na manifestação das emoções e a descarregá-las completamente na ação (...)” (FREUD, 1924).

Ainda sobre esses sistemas energéticos, tem-se que são permeados pela interdependência e funcionam como *locus* de desenvolvimento e fortalecimento de grupos sociais que exercem o controle na estrutura hierarquizada. No caso do petróleo, a civilização construída à sua volta se caracterizou como a mais hierárquica e centralizada, haja vista as dificuldades envolvidas nas etapas produtivas que exigiram estrutura de comando centralizado.

Debruçando sobre esse assunto, Fernando Pimentel defende que ao longo da história a capacidade social de apropriação energética e produção tem sido usada para gerar lucros

⁴Principalmente no tocante à hierarquização da cadeia produtiva, fundamentada na divisão do trabalho e no controle sobre produção e trabalhadores.

numa lógica de crescimento econômico como fim em si mesmo (PIMENTEL, 2015). Como consequência deste comportamento, as necessidades humanas não estariam sendo satisfeitas de maneira consciente e o índice de conflitos e degradação de recursos aumentam. Acerca do mesmo tema, George MacCurdy, advogou que épocas históricas e comunidades podem ter seu grau de civilização expresso pela habilidade demonstrada no uso da energia como ferramenta de progresso e satisfação das necessidades humanas. Assim, o progresso das sociedades pode ser medido pela energia processada, meios técnicos e oferta de serviços (MACCURDY, 1924).

De fato, a energia tem figurado como instrumento de bem-estar social e avanço econômico, mas limitada. A universalização do sistema energético imposto pelo sistema capitalista não significou a universalização de seu ritmo de consumo. As melhorias nas linhas energéticas ao longo da história representaram, como dito anteriormente, novas formas de exploração. Por isso, se por um lado os avanços do último século, no sentido da globalização, foram possibilitados pelos combustíveis fósseis; por outro, tais recursos também foram responsáveis pelo aprofundamento das assimetrias entre Estados desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ao ter em mente que a energia abre portas para grandes oportunidades econômicas, bem como a perpetuação da pobreza, muito diz respeito às lacunas no acesso aos recursos energéticos por parte de diversos Estados. Sobre isso, o presidente do *Electric Power Research Institute*, Chauncey Starr classificou o acesso à energia em três níveis: o da qualidade básica para segurança física da vida e melhora no saneamento; o “supérfluo” envolvendo educação e recreação e, por fim, o de colaboração internacional, pelo qual o Estado, com acesso ilimitado à energia, estaria apto a criar comunidades de interesse em escala global. Embora toda sociedade tenha conhecido obstáculo energético em algum momento de sua história, os impactos da penúria de energia foram sentidos de maneira irregular e crises como aquelas provenientes dos choques do petróleo, acabaram por aprofundar a clivagem Norte-Sul.

A explicação para o aumento das assimetrias entre centro e periferia, repousa na necessidade de energia para a realização das atividades internas e a falta de recursos para a exploração, que impulsionou países em desenvolvimento a se envolverem na compra de petróleo e outros produtos importados a preços altos, além do compromisso de pagamento da

dívida externa com taxas de juros também elevadas⁵. Sobre isso, Martin (1992), classificou os Estados em desenvolvimento em três tipos:

1. Produtores de hidrocarbonetos: reunidos pela OPEP ou não, têm políticas preocupadas com a formação dos preços internacionais e as condições referentes à legislação no processo de exploração;
2. Importadores: englobando, sobretudo aqueles mais pobres, como os da África Subsaariana, América Central, Bangladesh, que se viam obrigados a importarem petróleo para que suas populações tenham o mínimo acesso à energia, para fins de atividades básicas cotidianas.
3. Suficientemente importantes e desenvolvidos: estes seriam capazes de desenvolver uma política energética autônoma⁶, visando diminuir a dependência externa dos mercados internacionais por meio do impulso à industrialização movida a petróleo e derivados.

Do outro lado, os Estados desenvolvidos, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), encorajados pela Agência Internacional de Energia (AIE), aproximaram suas políticas energéticas relativas à liberalização da importação após os choques do petróleo que mostraram sua dependência dos mercados internacionais, controlados por centros de poder do Hemisfério Norte, como Nova York e Londres (GOWAN, 2003).

Nesse contexto, é possível fazer uma ponte, nesses raciocínios, na medida em que pontuou que quanto mais bem sucedido um Estado for, na realização do processo desencadeado pela Revolução Industrial, mais eficiente seria seu sistema energético e maior seria o consumo de energia *per capita* (PIMENTEL, 2015). Ao partir desse pressuposto, as grandes potências nas quais o processo de industrialização e acumulação capitalista se desenvolveram, sustentados pela abundância de recursos energéticos e exploração dos países produtores, seriam aquelas que mais se destacariam nas realizações oriundas do consumo de energia, oferecendo maiores oportunidades de bem-estar social. Dessa forma, a dependência

⁵ Como no caso do aumento das taxas de juros durante o governo Reagan que afetou o pagamento da dívida externa brasileira junto ao FMI durante o governo Figueiredo nos anos 80, seguintes aos choques do petróleo.

⁶ Um exemplo seria o Brasil e o Programa Nacional do Alcool em 1975 com a promoção do etanol como alternativa à dependência do petróleo e derivados.

em relação aos Estados desenvolvidos aumentaria cada vez mais e não sobriariam recursos a serem destinados para o desenvolvimento econômico em si, ficando cada vez mais claras as diferenças estruturais.

Mais um fator que explica a dependência foi a *Revolução Verde*, de 1960, ocorrida nos Estados em desenvolvimento, pela qual produção agrícola e crescimento demográfico se influenciaram mutuamente e exigiram maiores investimentos em energia. Delineou-se assim, uma vasta infraestrutura agrária movida por combustíveis fósseis que implicou na importação do modelo de economia de escala e expansão da população para as áreas urbanas. Somado a isso, Estados do Sul, agroexportadores, tendem a apresentar a chamada *doença holandesa*, como categorizada por Bresser-Pereira:

“(...) trata-se de uma crônica sobreapreciação da taxa de exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo. É um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização ou, se tiver sido neutralizada e o país se industrializou, mas depois, deixou de sê-lo, provoca desindustrialização” (BRESSER-PEREIRA, 2010: 8).

Seria esse mais um fator de aprofundamento da clivagem Norte-Sul. As receitas provenientes supervalorizando a moeda local e desindustrializando o setor manufatureiro. Além disso, o fato de Estados em desenvolvimento não possuírem instituições equivalentes às riquezas geradas pelos motivos anteriormente citados, faz com que sejam lançados para concessões de exploração por terceiros e exportação intermediada por impostos. É claro que tem de ser analisado caso a caso.

Mudança do Paradigma Energético e Trajetória das Commodities

Com o possível declínio da produção global de petróleo, expresso pelo Pico de Hubbert, e as pressões políticas de Estados produtores, instrumentalizadas pelo corte no abastecimento e alta dos preços do combustível, passou-se a buscar alternativas em vista de estratégia integrada para eliminar a dependência de somente uma fonte, para a transição do paradigma energético.

Com referente às transições energéticas, Bruce Podobnik indicou que estas ocorrem nos períodos de caos dentro da lógica de alternância entre diferentes dinâmicas de competição

vigentes no sistema internacional. Entre tais dinâmicas, a da rivalidade geopolítica se relacionaria aos esforços dos impérios e Estados territoriais para estimular a produção doméstica de energia e ganhar acesso aos recursos energéticos estrangeiros (PODOBNIK, 2066).

Estudos pertencentes à nova agenda ambientalista também avançavam no sentido de apontar combustíveis fósseis sendo consumidos largamente pelas indústrias como expressivas fontes de poluição atmosférica. Delineava-se um contexto de janela de oportunidade para Estados com maior eficiência ao novo cenário energético, pela qual Estados exportadores de novas fontes de energia passaram a ver possibilidades de se alavancarem politicamente no sistema internacional.

Nesses termos, cabe ressaltar como as escolhas concernentes à energia se atrelam aos preços nos mercados internacionais, além de serem influenciadas pelas políticas dos Estados e hábitos de consumo. Ainda que as grandes firmas energéticas detivessem recursos expressos em dinheiro, tecnologia e até mesmo reservas, não são dotadas de poder ilimitado sobre as escolhas energéticas, devendo levar em consideração políticas nacionais em questão (MARTIN, 1992).

Os anos posteriores aos choques, entre 1970 e 1980, marcaram inflexão no *status* do petróleo que, pelo excesso de oferta e pelo papel de vilão do meio ambiente, passou a ser visto como mais uma commodity. Ainda assim, fontes de energia que se encontravam em estágio comercial não ofereciam competitividade com o petróleo, mas sim com o carvão e o gás natural. Sobre a nucleoelectricidade, conforme posto por Rifkin, tinha-se que seu mercado era viável apenas nas sociedades industrializadas (RIFKIN, 2003). Já a biomassa, poderia substituir parte do petróleo como combustível automotivo em escala satisfatória, além de representar a descentralização e a distribuição de renda. Por conta desses últimos fatores, a substituição do petróleo pela biomassa, uma fonte limpa, não se fazia interessante para as grandes potências, uma vez que:

- 1) a maioria dos produtores estaria novamente localizada em países em desenvolvimento;
- 2) teriam seus excedentes econômicos descentralizados, perdendo status de grandes potências controladoras do Sistema Internacional com a emergência de novos atores no jogo da política global.

Nesse cenário, a emergência da China no início do século por conta da forte demanda mundial por metais figuraria entre “as principais determinantes sobre a nova tendência de aumento dos preços relativos das commodities”. Somado a isso, o contexto impulsionaria o retorno do nacionalismo dos recursos naturais nos países exportadores de commodities; com o aumento da influência dos países em desenvolvimento sobre a economia mundial. No lado das importações, a China também se apresentou com grande expressividade, no tocante às commodities (SERRANO, 2013).

Sobre este nacionalismo energético, outro fator que contribuiu para sua volta, foi a onda de reservatórios de petróleo descobertos na periferia do Sistema Internacional. No campo político, a ascensão de governos nestes países em desenvolvimento, envolvendo maior intervenção estatal também colaborou. Neste sentido, o caso brasileiro ilustrou a tendência, com a retomada dos investimentos na Petrobrás a partir de 2003. Tal ascensão dos preços das commodities pôde ser verificada até 2009, quando interrompida pelos respingos da crise internacional de 2008 (PINTO, 2020).

Considerações Finais

A energia tem sido largamente utilizada ao longo da história para alterar o meio ambiente em favor de um dito bem estar social. Para isso, avanços tecnológicos têm se mostrado essenciais no incremento das atividades energéticas, permitindo a melhora do rendimento, a diminuição do tempo e custo envolvidos no processo e aumentando o escopo de suas aplicações. A partir do aprofundamento das relações engendradas pelo capitalismo, a utilização da energia foi elevada a um novo patamar: o de elemento essencial à vida humana, tanto individual como também coletiva. Dotados de tamanha importância, os recursos energéticos passaram a ocupar posição de objeto central nas disputas por poder no sistema internacional.

A exploração dos recursos energéticos, cada vez mais intensa a serviço do capital, criou assimetrias em amplos aspectos, econômicos, sociais, políticos, entre países centrais e periféricos. Em face da dificuldade em obter recursos financeiros e técnicos para levar adiante a exploração de seu próprio território, aos do Terceiro Mundo não restaram alternativas senão à dependência externa.

Tal fato contribuiu para a acumulação de capitais nos Estados desenvolvidos, detentores dos meios de exploração. Na medida em que os excedentes econômicos eram reinvestidos na produção de novos meios de exploração dos Estados periféricos, a defasagem em relação aos centrais aumentava. O controle sobre a exploração energética se traduziu também em dominação ideológica e política, tendo como artifício a disseminação dos valores capitalistas de produção e consumo para as demais nações. Com isso, o projeto de liderança central, - mais especificamente dos Estados Unidos - pôde ser levado a cabo por meio de uma situação que se delineou praticamente inexorável frente a necessidade de desenvolvimento apresentada pelo Sul Global.

Fazendo jus ao caráter desigual intrínseco ao funcionamento do sistema capitalista, as vantagens obtidas pelo uso da energia foram reverberadas em graus diferentes entre Norte e Sul. Assim também aconteceu com as posições alcançadas no sistema internacional: a proeminência e a subsequente capacidade de influenciar nas regras do jogo político global, foi alcançada por aquelas sociedades que já se encontravam industrializadas, e àquelas em desenvolvimento, coube permanecer como exportadoras de commodities e *lócus* de exploração.

Tal lógica foi intensificada quando em ocasião da Divisão Internacional de Trabalho, com a globalização da cadeia produtiva - Estados periféricos foram designados para suprir necessidades como mão de obra barata, regulamentação frouxa e fornecimento de matérias primas para possibilitar a maximização de lucros com a redução de custos envolvidos no processo de produção.

O capital produtivo, não se encontrando arraigado a nenhuma situação, se vê livre para se implantar onde melhor lhe convier. Neste cenário, as empresas multinacionais, que chegam a figurar como instrumentos de política externa, tiram proveito das facilidades dos países em que estão sediadas, mas remetem os lucros aos seus países de origem. Também neste sentido, está o fato de que atividades econômicas de maior valor agregado permanecem centralizadas nos países industrializados. Nota-se, a reprodução das assimetrias e sua influência na instauração do conflito Norte-Sul.

A disseminação do *American Way of Life*, possibilitado pelo recurso massivo ao petróleo e seus derivados, sustentou as sociedades de massa; estas por sua vez, caracterizadas pela produção em grande escala de bens de consumo, além da concentração industrial e o consumo exacerbado impulsionado pela publicidade. Não por acaso, o modelo sociedades em

questão é encontrado nos países desenvolvidos, de industrialização consolidada; notadamente, Estados Unidos.

Deu-se a criação de uma realidade com vistas à homogeneização, como um mecanismo integrante e fundamental para alcançar as pretensões da Nova Ordem Internacional. Neste compasso, ditando um ritmo cada vez maior de consumo, a exploração sobre os países periféricos se fez progressivamente necessária e lucrativa aos países centrais. As economias de massa se desenvolveram, portanto, levando em consideração o *quantum* energético sob o domínio das grandes potências.

O contexto que poderia ser uma oportunidade para a emergência de novas formas de energia sustentáveis e renováveis capaz de contribuir para uma redistribuição dos lucros de forma favorável aos Estados periféricos, não o foi. Isso porque, diversos fatores estão envolvidos na mudança de paradigma energético, entre eles, o político. Uma redistribuição dos lucros não serviria aos interesses dos países centrais, que perderiam grande parte de seu poder e influência. Sendo assim, as relações de exploração sobre os países do Sul foram mantidas, mesmo em meio às dificuldades associadas ao paradigma petrolífero. Novamente, o conflito Norte-Sul encontra-se permeado pela questão energética, sinônimo de poder no Sistema Internacional.

Entende-se também, que a utilização de determinados recursos energéticos em detrimento de outros, constitui parte de projetos políticos que visam a manutenção de privilégios associados a facilidades preexistentes no acesso e consumo de matérias-primas, seja em território nacional ou Estados que se encontrem dominados de alguma forma. Nesse sentido, na medida em que a adoção de uma matriz energética específica pode representar meio de ascensão no sistema para um grupo de Estados, pode ditar atrasos no desenvolvimento de outros.

O ritmo de exploração imposto, no entanto, delineou também prospecções de penúria tanto no Norte como no Sul pela aproximação de um nível de esgotamento da capacidade de produção de modo a atender o consumo nos moldes demandados. Como exposto pela teoria do *Pico de Hubbert*, a substituição do petróleo como paradigma energético se refere à necessidade a ser enfrentada pela cadeia produtiva global como um todo, mais cedo ou mais tarde. Por conseguinte, a alteração da estrutura hierarquizada e centralizada que foi criada em torno da economia petrolífera e perpetuada pelas relações advindas das sociedades de massa, também se trata de uma realidade.

Tal alteração estrutural deu indícios de sua concretude com a ascensão de novos atores no mercado das commodities a partir da valorização dos preços ocorrida no início do século. A emergência destes países do Sul Global por meio da articulação política e econômica de seus recursos energéticos no Sistema Internacional, marcou uma nova inflexão no curso hegemônico pretendido pelos países centrais, sobretudo Estados Unidos. Mais do que isso, o papel de destaque no novo cenário assumido por um Estado de histórico ideológico como o da China e o nacionalismo energético como estratégia de desenvolvimento empreendida por países emergentes, representou também o desgaste da ordem vigente e a consolidação do multilateralismo como realidade.

É nesse ciclo que reside a necessidade de diversificação da matriz energética e são exatamente nestes períodos de crise, que se delineiam as oportunidades para mudança do paradigma energético. Assim sendo, nas crises inerentes ao sistema repousam os momentos que podem impulsionar países em desenvolvimento às posições elevadas no Sistema Internacional e reverter a lógica da acumulação e dominação vigentes. Caberia aos países em questão, seu planejamento estratégico de acordo com suas possibilidades domésticas de modo que, em face da janela de oportunidade, pudessem se impor com o controle de sua energia nacional. Afinal, quem detém energia, detém poder.

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. (1986). *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, Edunb.

BARBISAN, Ailson; JULIANI, Lucélia. (2014). Crises de energia nas crises do sistema capitalista. Revista Científica Tecnológica UCEFF, Chapecó, v.1, n.1, p. 1-17, fev./2014. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jcaO5kcwgyUJ:https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/13/14+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 09 dez.2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2010) Existe doença holandesa no Brasil? **In:** *Doença Holandesa e Indústria*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

BRZEZINSKI, Zibgniew. (2003). *El gran tablero mundial: la supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona, Paidós Iberica.

COSTA, Rubens Vaz da. A Transição da Energia: tempo, capital e tecnologia. **In** *Leituras de política internacional*. Brasília, Edunb, 1982.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

COSTA, Darc. A estratégia nacional e a energia. (2001) In: LESSA, Carlos (org). *O Brasil à Luz do Apagão*. Rio de Janeiro, Palavra & Imagem.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016) *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1ª ed. São Paulo. Boitempo.

FREITAS, Jorge da Costa. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva*. Brasília, FUNAG.

FREUD, Sigmund. (2020). *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Porto Alegre, L & PM.

FUSER, Igor. (2005). *O petróleo e o envolvimento militar dos EUA no Golfo Pérsico (1945-2003)*. Dissertação de mestrado - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas. São Paulo, p. 330. 2005. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/96295>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GILPIN, Robert. (2004). *O desafio do capitalismo global*. Rio de Janeiro, Record.

GOMES, Gabriel; ROSA, Sérgio. (2004). O pico de Hubbert e o futuro da produção mundial de petróleo. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 11, nº22, p. 21-50, dez. 2004. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11695/2/RB%2022%20O%20Pico%20de%20Hubbert%20e%20o%20Futuro%20da%20Produ%20Mundial%20de%20Petr%20P_BD.pdf>. Acesso em: 15 jan.2021.

GOWAN, Peter. (2003). *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Global.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. (2004) São Paulo, Loyola.

_____. *Condição pós-moderna*. (2005) São Paulo, Loyola.

HÉMERY, D. DEBEIR, J.C.; DELEÁGE, J.P. (1993). *Uma história da energia*. Brasília, Edunb.

HOBBSBAWM, Eric. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KLARE, Michael T. (2000). *Resource competition and world politics in the 21st century*. Nova Iorque, Current History.

LACOTES, Yves. (1990). *Geografia, isso serve antes de tudo para fazer a guerra*. São Paulo, Ática.

LENIN, Vladimir. (1982). *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Glogal.

LUXEMBURGO, Rosa. (1988). *A acumulação do capital*. São Paulo, Nova Cultural.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

MACCUSDY, Gerge. (1924). *Human origins: a manual of prehistory*. Nova Iorque e Londres, D.Appleton and Co.

MACKINDER, Halford. (2011). O pivô geográfico da História. Revista *GEOUSP*, São Paulo, v.15, n.1, p. 88-100, dez.2011. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/30/30+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 02 dez.2020.

MARTIN, Jean-Marie. *A economia mundial da energia*. São Paulo, Editora Unesp.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. (2013). Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.147-167, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/344-798-1-PB.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 05 dez.2020.

MORGENTHAU, Hans. (1993). *Politics among nations: the struggle for power and peace*. Nova Iorque, McGraw-Hill.

PIMENTEL, Fernando. (2011). *O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira*. Brasília, FUNAG.

PINTO, Eduardo. (2020). Nacionalismo energético, Petrobras e desenvolvimento brasileiro: a retomada interditada. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.142-163, mai.2020. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/download/639/328+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 03 jan.2021.

PODOBNIK, Bruce. (2006). *Global energy shifts: fostering sustainability in a turbulent Age*. Filadélfia, Temple University Press.

RIFKIN, Jeremy. (2003). *A Economia do Hidrogênio*. São Paulo, M.Books do Brasil.

SÉBILLE-LOPEZ, Phillipe. (2005). *Geopolíticas do petróleo*. Lisboa, Instituto Piaget.

SERRANO, Franklin. (2020). A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.168-198, jul.2013. Disponível em: <<https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/345-799-1-PB.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 04 fev.2021.

THIRY-CHERQUES, Hermano. (2009). Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n.4, p. 897-918, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0034-76122009000400007+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 09 jan.2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1990). *O sistema mundial moderno: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto, Edições Afrontamento.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

YERGIN, Daniel. *O petróleo*. (1994). São Paulo, Scritta.